



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO – FNE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FNE - 30 DE AGOSTO DE 2012

Às 9h do dia 30 de agosto de 2012, na Sala de Reuniões do Hotel Saint Peter, em Brasília-DF, deu-se início à 2ª Reunião ordinária de 2012, do Fórum Nacional de Educação - FNE, presidida pelo titular da Secretaria Executiva Adjunta-SEA e Coordenador Geral do FNE, Francisco das Chagas Fernandes. Estavam presentes: Marcelo Ferreira Lourenço, representando – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; Carlos Alberto Pereira da Silva, representando a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM; Paulo Figueiredo Lima, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; Maria Izabel Azevedo Noronha, representando o Conselho Nacional de Educação - CNE; Pedro Trindade Barretto, representando a Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos - CONFENAPA; Arnaldo Cardoso Freire e Anna Gilda Dianin, representando a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN; Edvaldo Pereira da Silva, representando o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF; Adercia Hostin, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE; José Geraldo de Santana Oliveira, representando o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCE; Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus, representando o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Pará e Membro da CADARA (Comissão Assessoria de Diversidade para Assuntos Relacionados aos Afrodescendentes) - CADARA; Daniel Tojeira Cara, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Gil Vicente dos Reis de Figueiredo e Remi Castioni, representando o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior- PROIFES; Eliene Novais Rocha, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Maria Ieda Nogueira, representando a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME; Célia Maria Vilela Tavares, representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; Carlos Estevão Caligorne Cruz, representando a União Nacional dos Estudantes-UNE; Victor de Wolf Rodrigues Martins, representando a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Edilene Bezerra Pajeú, representando a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI; Francisco das Chagas Fernandes, Paulo Egon Wiederkehr e Arlindo Cavalcanti de Queiroz, representando a Secretaria Executiva Adjunta - SEA; Antonio Cesar Russi Callegari, representando a Secretaria de Educação Básica-SEB; Antonio Roberto Lambertucci, Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE; Martinha Clarete Dutra dos Santos, representando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI; Andrea Oliveira de Sousa Silva, representando a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES. Justificaram a ausência: Nelson Maculan Filho – SBPC; Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti da Confederação Nacional da Indústria CNI; Maria de Fátima Bezerra da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Cristovam Buarque de Holanda pela Comissão de Educação do Senado Federal; Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em



Educação – CNTE; José Celestino Lourenço, pela Central Única dos Trabalhadores – CUT; Dalila Andrade Oliveira, pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED; Léia de Sousa Oliveira, pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras – FASUBRA; Geraldo Grossi Junior, pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – FNCE; Manoela Braga, pela União Nacional dos Estudantes Secundaristas – UBES; Antonio Simões da Secretária de Educação Superior - SESU-MEC. Participaram Como observadores: Luiz Fernandes Dourado e Genuíno Bordignon, Consultores; Adriane Cunha, da Assessoria de Comunicação Social – MEC; Maria Eliane, Confederação Nacional da Indústria-CNI; Marcia Abreu da Silva, pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Carlos Ramiro de Castro, Ministério da Educação. Ao iniciar a 6ª reunião do Fórum Nacional da Educação – FNE, o Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação, e Coordenador Geral do Fórum Nacional de Educação – FNE, Francisco das Chagas Fernandes, cumprimentou a todos (as) os membros presentes e, fez comentários sobre a mudança da pauta prevista anteriormente em função da presença do Ministro Aloizio Mercadante. Em seguida, contextualizou informações sobre o Fórum Nacional de Educação (FNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE/2014). Prosseguindo passou a palavra ao Ministro de Estado da Educação, senhor Aloizio Mercadante, que iniciou sua explanação com a garantia de apoio total à realização da CONAE/2014 e enalteceu a contribuição da conferência anterior para a formulação do Plano Nacional de Educação (PNE). Discorreu sobre pontos que considera polêmicos e relevantes em relação ao PNE, como segue: 1º - Meta 4 – Educação Inclusiva – “Não podemos perder as conquistas efetuadas como a elevação do número de matrículas na rede pública.” E citou o programa Viver Sem Limite do Governo Federal e suas possibilidades em favor da educação inclusiva; 2º - Estratégia do PNE relativa à fiscalização das universidades privadas, disse que: “tal qual foi colocada, com apenas um ano de prazo, é inexequível.”; 3º - quanto ao financiamento da Educação, disse que: “Não temos acesso ao PIB para financiamento e temos que definir fontes. Hoje aplicamos 5,1 % do PIB, compatível com o esforço e as obrigações dos governos federal, estaduais e municipais. Aplicar 10% do PIB implica em dobrar o orçamento com impacto de R\$210 bilhões” Disse ainda que, a fonte nova, para qual cabe uma decisão fundamental do congresso brasileiro, com total apoio dele e da presidenta Dilma, são os 100% dos royalties do petróleo e do 50% do Fundo Social advindos da exploração do pré-sal em regime de partilha. “Prosseguindo ressaltou que haverá divergência na hora da disputa pelos royalties e que a disposição do governo é fazer um acordo por uma década e que atualmente temos a Fonte 112, porém o futuro é o pré-sal com apoio do governo.”; 4º - Piso salarial dos professores da educação básica comentou que: “Com a redução da taxa Selic, estamos praticando taxas reais de juros da ordem de 1,8%, o que provoca um alívio nas finanças públicas”. E que estamos “vivendo o crescimento ligado ao consumo interno e um ciclo de desonerações que implica em queda na arrecadação. Em função dessa queda e de outras limitações muitos governadores e prefeitos se colocam contra o Piso. O MEC considera um retrocesso a correção do Piso pelo INPC e estabeleceu diálogo entre CONSED, UNDIME, CNTE e MEC para tentar superar a questão.”; 5º - Salário dos/as professores/as e técnicos/as do ensino superior, ressaltou que: “Nas negociações salariais com o setor público, em 2012, o governo federal colocou professores como prioridade, e que os reajustes ofertados vão de 25% a 40%, o que fez com que, à exceção do salário de ingresso na carreira



topo da USP, por uma diferença de R\$100,00, todas as remunerações das diversas faixas das universidades federais superem às daquela entidade estadual. A maior remuneração da USP ficará em R\$12.000,00 enquanto a das federais vai a R\$17.000,00. Em seguida informou que a progressão na USP é de 5 em 5 anos e nas federais é de 2 em 2 anos. E quanto aos salários dos/as técnicos/as a proposta do governo supera os equivalentes de outras categorias.”; 6º - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, disse que: “Nos anos iniciais o progresso foi excelente. Chegamos a 5 e a meta até 2022 é de 6 como o padrão da OCDE. A perspectiva é de avanços com o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, uma proposta que prevê bolsas para alfabetizadores/as, avaliação pelas Instituições de Ensino Superior - IES e conta com a pactuação de grande parte dos gestores estaduais e municipais. A meta foi antecipada para os anos finais do ensino fundamental mas é necessário um olhar mais atento para o 6º ano. Importante ressaltar as ações do “Mais Educação” e do PIBID focados nas estratégias para estudantes do 6º ao 9º anos. Prosseguindo ressaltou que o grande desafio está no Ensino Médio. Em seguida informou que não será desmontada a série histórica da Prova Brasil, mas está sendo pensado em usar o ENEM na avaliação dessa etapa, em razão da motivação e o número de pessoas que participam da Prova Brasil serem menores que os milhões de estudantes empenhados em fazer o ENEM. Afirmou ainda, que o “redesenho curricular, tendo por referência o ENEM; o respeito ao terço da jornada com perfil formativo, e o Pronatec, como possibilidades na construção para melhorar o Ensino Médio.”; 7º - BUSCA ATIVA – “O Brasil Carinhoso com as propostas de construção de creches para alcançar as crianças das famílias extremamente pobres e o imenso contingente de jovens de 14 a 17 anos, ainda fora da escola e defasados, terão à sua procura os instrumentos de busca ativa apoiados pelo Governo Federal. Após a exposição, o Ministro Aloizio Mercadante, respondeu às perguntas que foram feitas pelos representantes do FNE, conforme o seguinte: a) Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus: “Perguntou sobre ações afirmativas para afrodescendentes no programa Ciência Sem Fronteiras.”; b) Maria Izabel Azevedo Noronha: “Esclarecimentos sobre a redução das disciplinas no ensino médio e os impactos na dispensa de professores no ensino médio.”; c) Carlos Alberto Pereira da Silva: “Sobre colocar na rede de Universidades Comunitárias e Estaduais as prerrogativas do Programa Brasil Alfabetizado.”; d) Pedro Trindade Barreto: “Sobre a injustiça social tributária e a possibilidade de uma reforma tributária socialmente justa.”; e) Carlos Estevão Caligorne: “Sobre assistência estudantil.” Em seguida o coordenador do FNE convidou o Ministro para abertura da CONAE 2014 e participação nas próximas reuniões do FNE.” Prosseguindo, apresentou a Sr.^a Edilene Bezerra Pagel, representante da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI e o Sr. Vítor de Wolf Rodrigues Martins, representante da Associação Brasileira de Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, informando que ambos vieram para compor o FNE. Na sequência os dois novos membros do FNE se identificaram. Prosseguindo, o coordenador do FNE deu ciência aos presentes que os recursos para a realização da CONAE estavam garantidos pelo MEC, na ordem de trinta milhões de reais. Em seguida informou que o repasse desses recursos não será por descentralização como na CONAE 2010, uma vez que, foi incluído na Lei Orçamentaria Anual – LOA, a previsão de recursos nos orçamentos das universidades e institutos federais, em apoio às etapas estaduais, distrital e municipal da conferência. Depois, explicou sobre Nota Pública, que conforme cópia constante das pastas entregues aos presentes, produzida



pelos/as integrantes da Comissão de Monitoramento e Sistematização, *ad referendum* do Pleno do FNE, em reunião realizada no dia 20 de agosto passado, com objetivo de externar a preocupação dos/das integrantes do FNE quanto ao rito de tramitação do PL 8035/2010-SBT-PNE face à interposição de recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados contrário à aprovação do substitutivo na Comissão Especial - PL 8035/2010-PNE. A seguir o coordenador do FNE, solicitou e obteve o referendo do Pleno para a 6ª Nota Pública do FNE. Na continuidade dos trabalhos, o coordenador informou que a ATA da reunião anterior estava disponível nas pastas e que até o final da reunião à assessoria da SEA/FNE receberiam as sugestões de alteração de redação quanto à forma e se houvesse mudanças de conteúdo a propor, como de costume, elas deveriam ser levadas à discussão no Pleno. Caso contrário a ATA seria dada por aprovada ao fim da reunião. Em seguida atendendo à solicitação dos participantes, foi destacada comissão de redação formada por Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus, Arnaldo Cardoso Freire e Martinha Clarete Dutra dos Santos para redação de Nota Pública do FNE em relação à Lei nº 12.711/2012, sancionada pela Presidenta da República no dia anterior e conhecida como Lei das Cotas Raciais. Prosseguindo, o coordenador do FNE consultou se havia consenso na distribuição dos novos representantes dos Povos Indígenas e Movimento LGBT/Mulheres nas Comissões Especiais de Mobilização e de Sistematização, respectivamente, tendo obtido a anuência dos interessados e demais integrantes do Pleno. Em seguida o coordenador do FNE solicitou ao senhor Paulo Egon Wiederkehr, Coordenador da Comissão Especial de Mobilização e Divulgação que conduzisse os itens de pauta dessa Comissão. Ao iniciar sua fala este deu os informes relativos ao lançamento da CONAE 2014. Falou sobre o andamento das obras do Centro de Convenções que abrigará a etapa nacional da CONAE 2014. Relatou o quadro de mobilização nos estados quanto aos Fóruns Estaduais e Distrital de Educação. E colocou em votação a proposta de duas alterações de artigos do Regimento Interno do FNE, o que foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo, colocou ainda para votação proposta de alteração de artigo da portaria 502 de 09 de maio de 2012, o que também foi aprovado. Retomando a palavra, o Coordenador Geral do FNE, passou o comando dos trabalhos para o senhor Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Coordenador da Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização. Ao iniciar sua fala deu os informes sobre o Sistema de Relatoria em desenvolvimento pela DTI/MEC para a CONAE 2014; sobre a Plataforma para as Conferências Digitais em trabalho conjunto com a Presidência da República e especialistas no assunto; informou sobre a distribuição de delegados e a redistribuição das coordenações de eixos da CONAE 2014. A seguir, o coordenador convidou Maria Izabel Azevedo Noronha, para a discussão do Regimento Interno da Conferência Nacional de Educação-CONAE 2014, que foi lido e aprovado, por unanimidade. Em seguida a senhora Célia Maria Vilela Tavares, levantou uma questão de ordem sobre a distribuição de delegados para as categorias de Gestores Municipais e Estaduais. O senhor Arlindo Queiroz se comprometeu, juntamente com o Coordenador do FNE, de consultar o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, sobre as proporcionalidades ideais. Em seguida o senhor Arlindo Queiroz convidou o consultor Luiz Dourado para a apresentação e discussão do Documento-Referência da CONAE 2014. Durante a explanação do consultor Luiz Dourado foram feitas diversas sugestões de alteração no documento. Acatadas as sugestões, a sua redação foi aprovada. Em seguida o senhor Luiz Dourado pediu prazo de 10 (dez) dias para proceder às alterações



solicitadas, ao fim dos quais remeterá via digital para a Comissão de Sistematização que se encarregará de distribuir aos/às componentes do Pleno do FNE. Após a explanação, o coordenador Geral do FNE retomou a condução dos trabalhos e solicitou ao trio de redação da Nota Pública sobre a Lei de Cotas Raciais que fizesse a apresentação do texto. Debatido o texto, ficou aprovada a Nota. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador do FNE encerrou a reunião.

Brasília-DF, 10 de outubro de 2012.

Instit.		Participantes	Assinaturas
ABRUC		Marcelo Ferreira Lourenço	
		Luís Síveres	
ABRUEM		Carlos Alberto Pereira da Silva	
		Rozangela Maria de Almeida Fernandes Wyszmirska	
ANDIFES		Edward Madureira Brasil	
		Gustavo Henrique de Sousa Balduino	
CC	SBPC	Nelson Maculan Filho	
		Paulo Figueiredo Lima	
CE E SIST. S	CNI	Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti	
	CNC	Anna Beatriz de Almeida Waehreldt	
CEC	CAM. DEP.	Maria De Fátima Bezerra	
		Wellington Coimbra	
CE	SEN. FED.	Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque	
		Ana Rita Esgario	
CNE		Maria Izabel Azevedo Noronha	
		Gilberto Gonçalves Garcia	
Representação	CNEEI	Edilene Bezerra Pajeú	



Indígena			
		Teodora de Souza	
CNTE		Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho	
		Marta Vanelli	
CONFENAPA		Pedro Trindade Barretto	
		Urçula Carina Zanon	
CONFENEN		Arnaldo Cardoso Freire	
		Anna Gilda Dianin	
CONIF		João Batista de Oliveira Silva	
		Ademar de Araújo Filho	
CONSED		Denílson Bento da Costa	
		Elza Marina da Silva Moretto	
CONTEE		Madalena Guasco Peixoto	
		Adércia Hostin	
CST	CUT	José Celestino Lourenço	
	UGT	Antonio Bittencourt Filho	
Diversidade e Gênero	ABGLTT	Victor de Wolf Rodrigues Martins	
	UBM	Lucia Helena Rincon Afonso	
EEPE	ANPED	Dalila Andrade Oliveira	
	ANFOPE	Iria Brzezinski	
FASUBRA		Léia de Souza Oliveira	
		Rosangela Gomes Soares da Costa	



FNCEE		Geraldo Grossi Júnior	
		José Geraldo de Santana Oliveira	
	CADARA	Raimundo Jorge do Nascimento De Jesus	
	CEERT	Iara Rosa	
MDDE	CAMPANHA	Daniel Tojeira Cara	
	TPE	Mozart Neves Ramos	
PROIFES		Gil Vicente Reis de Figueiredo	
		Elenize Cristina Oliveira da Silva	
RSC	CONTAG	Eliene Novaes Rocha	
	MST	Djacira Maria de Oliveira Araújo	
UBES		Manuela Braga	
		Lucas Chequetti Farias	
UNCME		Maria Ieda Nogueira	
		Arthur Costa Neto	
UNDIME		Célia Maria Vilela Tavares	
		Márcia Adriana de Carvalho	
UNE		Carlos Estevão Caligiorne Cruz	
		André Vitral	
SEA		Francisco das Chagas Fernandes	
		Arlindo Cavalcanti de Queiroz	
		Paulo Egon Wiederkehr	
SEB		Antonio Cesar Russi Callegari	



	Maria Luiza Martins Alessio	
SECADI	Cláudia Pereira Dutra	
	Martinha Clarete Dutra dos Santos	
SASE	Arnobio Marques de Almeida Júnior	
	Antonio Roberto Lambertucci	
SETEC	Vânia do Carmo Nóbile Silva	
	Simone Valdete dos Santos	
SERES		
	Andrea Oliveira de Souza Silva	
SESu	Paula Branco de Mello	
	Antônio Simões Silva	